



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA - SECEC/GAB/CCDF
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CCDF - 2025

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - 2025

No dia 21 de janeiro de 2025 foi realizada, presencialmente, das 18h às 21h, na Biblioteca Nacional de Brasília, a 1ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes conselheiros(as):

Amauri Pessoa Veras - Conselheiro Titular do Poder Público;

Antonio Célio Rodrigues Pimentel - Conselheiro Titular do Poder Público;

Carolina Ribeiro - Conselheira Titular da Sociedade Civil;

Luiz Felipe Vitelli Peixoto - (Presidente) Conselheiro Titular da Sociedade Civil;

Neidelenia Regina de Macedo Nobre - Conselheira Titular da Sociedade Civil;

Rosa Carla Monteiro de Oliveira - (Vice-Presidente) Conselheira Titular do Poder Público;

Shurama Pinheiro Toledo - Conselheira Titular do Poder Público;

Wellington Rocha Nascimento - Conselheiro Titular da Sociedade Civil;

O Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, o Sr. Luiz Felipe Vitelli Peixoto, deu início à reunião ordinária às 18h28, devido a problemas técnicos na mesa de som.

ORDEM DO DIA

INFORMES DOS CONSELHEIROS :

O presidente Vitelli informou que a pedido do Conselheiro Célio Rodrigues e dos candidatos que se inscreveram para compor o CRC Fercal, conforme o edital nº 05/2024 CCDF, será incluído na pauta o tema: análise sobre o cancelamento do pleito para composição do CRC Fercal.

Não houve objeção dos demais conselheiros a respeito da inclusão do tema na pauta de hoje.

O conselheiro Wellington Rocha, conselheiro ponto focal do CRC Riacho Fundo I, informou que o CRC do Riacho Fundo I vem apontando empecilhos para realizar o processo eleitoral de formação da Lista Tríplice, pois a Administração Regional do Riacho Fundo I, tem dificultado a formação da comissão eleitoral. Solicitou ao pleno orientações de como proceder e sugeriu o encaminhamento de um ofício ao Administrador Regional solicitando um posicionamento a respeito e orientando quanto ao cumprimento da LOC, sob pena do CCDF acionar o Ministério Público.

A Conselheira Neide Nobre pede que a referida sugestão seja estendida a todas as RA's que estão com pendências quanto a formação da lista tríplice, como por exemplo Park Way.

ENCAMINHAMENTO APROVADOS PELO PLENO: Enviar ofício às Administrações Regionais cuja necessidade de Formação de Lista Tríplice para Gerência de Cultura se dê por vacância no cargo ou tenha ultrapassado o tempo de vigência do gerente no cargo, previsto em lei.

O presidente Vitelli informou sobre a solicitação feita pela SECEC ao CCDF para compor junto à SECEC a comissão avaliadora dos Recursos da Divulgação Preliminar dos Blocos de Rua.

A conselheira Neide Nobre se sente impossibilitada de participar das análises de recursos devido sua participação direta no movimento dos blocos.

A conselheira Shurama se coloca impossibilitada de participar das análises de recursos devido seu envolvimento direto com os processos e informa que encaminhará um documento ao CCDF formalizando.

A conselheira Carolina Ribeiro também se declara impossibilitada de participar das análises de recursos devido ao seu envolvimento com pessoas ligadas aos Blocos de Rua, participantes no pleito.

O presidente Vitelli orientou que as mesmas se façam presentes na reunião do dia 23/01/2025, às 09h, na Biblioteca Nacional, da qual o CCDF foi solicitado pela SECEC a participar para tratar a respeito das análises do carnaval e assim informem suas impossibilidades.

O Conselheiro Célio Rodrigues, conselheiro ponto focal do CRC Fercal, trouxe à pauta o cancelamento do processo eleitoral para composição do CRC da Fercal e apelou ao pleno que reconsiderasse sua decisão, optando por uma das sugestões apresentadas pelos candidatos em email enviado ao Conselho, sendo elas: A anulação parcial da eleição, na parte da coleta de votos, dando nova data para votação, garantindo o cadastramento dos eleitores e candidatos inscritos no prazo, conforme o edital CCDF 05/2024 ou que seja concluída a eleição do CRC Fercal contabilizando apenas os votos possíveis de serem contabilizados.

O Conselheiro Célio Rodrigues acrescentou ainda que todos os CRCs, inclusive a Fercal, apresentam dificuldades para mobilizar, se organizar para realizar tais composições devido a diversas situações, dentre elas a falta de habilidades tecnológicas.

A secretária executiva do CCDF, Bianca Herrero, esclareceu que em consulta presencialmente a Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL), por meio do servidor Gustavo, recebeu a informação de que o pleito deve ser realizado novamente, com novo edital, cronograma, considerando novas inscrições de candidatos e também de eleitores que desejem integrar o pleito, respeitando-se os prazos previstos na resolução 01/2018.

O Conselheiro Wellington Rocha manifestou-se dizendo que o CCDF tem autonomia para prosseguir com a eleição.

O conselheiro Célio Rodrigues argumentou que o CCDF tem prerrogativa para abonar a eleição e retificar o cancelamento.

O senhor Delson, ex-presidente do CRC Fercal e atual candidato, compartilhou toda a dificuldade encontrada pela comunidade cultural para a votação e solicitou o reconhecimento do ato administrativo.

A conselheira Neide Nobre sugeriu que seja realizado o rito legal, conforme orientação citada pela AJL, logo, um novo edital para composição da Fercal e também das demais RAs que ainda não compuseram seus CRCs.

A conselheira Rosa Carla Monteiro optou por se abster da votação, no entanto destacou que seja formalizada a consulta à AJL.

ENCAMINHAMENTO APROVADO PELO PLENO: Enviar ofício a AJL, formalizando a consulta sobre o caso CRC Fercal e a partir do retorno desta, na próxima reunião, será definido o posicionamento do pleno.

18h30 - ESCUTAS DO CCDF:

O senhor Rênio falou sobre a manifestação da comunidade cultural feita hoje e que apesar de todo o esforço da gestão do secretário atual, as políticas públicas não têm sido atendidas. Informa que foi

protocolado denúncias no Ministério Público sobre o valor da PNAB e o mal uso do FAC e que estão procurando todas as instâncias para impedir o GDF dos maus feitos em relação à cultura. Citou ainda que mais uma vez o GDF não irá colocar as escolas de samba no carnaval e externou a sua indignação quanto às avaliações dos blocos de carnaval. Apresentou sua preocupação relacionada à PNAB, destacando que o MINC, por meio do senhor Binho, informou que o GDF deixou de apresentar documentação, colocando em risco parte dos recursos da PNAB do ano passado e o recurso integral de 2025.

A senhora Rita Andrade falou sobre o encerramento do ano 2024/2025, a respeito da empresa que geriu milhões por meio de OSC para tratar do Natal, destacando que o sistema de gestão através de OSC vem favorecendo alguns grupos, que precisa ser revista essa questão. Sabe que são milhões sendo executados para trazer projetos e gerir espaços, no entanto se tem uma política de muita precarização, com um setor que está a cada dia mais empobrecido e não conseguiu ainda se reerguer de um impacto de oito anos de desmonte da cultura e também da pandemia. Disse que estão com expectativas nas emendas parlamentares, FAC, PNAB e LPG. Comunicou que foram surpreendidos numa reunião com muitos representantes, realizada pelo deputado Gabriel Magno, na OAB DF, onde o representante do MinC trouxe a informação de que o DF corre o risco de perder 50% da PNAB 2024 e 100% do recurso da PNAB 2025, pois a OSC gestora não cumpriu com todos os requisitos impostos pela lei, sendo um deles, a consulta pública, que deveria ter gerado uma ata e assim ser inserida nessa documentação. Desta forma, entendeu ser uma falha que coloca em risco milhões que devem vir para o setor cultural, esse mesmo setor cultural que toda hora está batendo a porta da SECEC e reivindicando ética, correção, competência na execução dos recursos públicos do DF. Manifestou ser inconcebível que se perca esse recurso. Pediu ao CCDF que verifique o que está acontecendo e que tome providências imediatas, veja o que pode ser feito para que não se perca esse recurso. Externou que, segundo o representante do MinC, nessa reunião na OAB, "se não houver uma ata de consulta pública preliminar, que deveria ter sido feita pelo CCDF, esse recurso já está perdido". Colocou que ficaram completamente atordoados com essa informação, fora todas as outras. Destacou que hoje fizeram um ato na área externa na SECEC e que estão indo aos órgãos fiscalizadores pedindo uma auditoria, inclusive das emendas parlamentares dentro da SECEC, porque as pessoas têm visto os escândalos de emendas e OSCs executando recurso público e a centralização e favorecimento de algumas entidades e isso não pode continuar, pois não se pode conviver com esse tipo de situação.

A senhora Fernanda Morgani solicitou ao CCDF o respeito aos ritos da reunião, disse que a maior falha nas instâncias de participação social é achar que podemos fazer as coisas "nas coxas". Apontou que somos a capital do país e se nós não formos exemplos nos nossos ritos todo o sistema nacional de cultura está fadado ao fracasso e é justamente isto que as pessoas, sejam cidadãos ou gestores de governo querem. Não querem que a participação social funcione, mas sim que as coisas sejam feitas às pressas. Informou que foi exigido isso no CNPC. Pediu que quando algo for colocado em votação no CCDF as frases "Aqueles que concordam fiquem em silêncio ou aqueles que discordam se manifestem". Continuou solicitando que no rito da reunião tenham frases que são comumente utilizadas em instâncias de participação social. Alertou que assim, a sociedade civil poderá escutar a voz de cada um dos conselheiros da sociedade civil, que os representam, e portanto terão a certeza de que as coisas que estão sendo exigidas de fato serão encaminhadas, seja por meio de ofício ou recomendação. Questionou se houve manifestação de repúdio do CCDF em relação ao que está acontecendo nas políticas públicas do DF. Clareou está falando pela sociedade civil e como cidadã, entendendo perfeitamente o posicionamento dos representantes do governo no CCDF, mas afirmou que os representantes da sociedade civil estão se excluindo dos ritos de processo nas instâncias de participação social e que isso é inconcebível.

O senhor Alan, do Imaginário Cultural, compartilhou que é a segunda vez que o Imaginário Cultural participa de um trâmite de edital da SECEC, são aprovados, mas não executam o projeto. Trouxe que três instituições foram escolhidas e apenas a instituição que cuidaria do espaço Renato Russo assinou o contrato e executou. O Imaginário Cultural e a Conexão Criativa, que foram as OSCs escolhidas para gerir o Espaço Complexo Cultural de Samambaia e Complexo Cultural de Planaltina, não executaram o projeto e sequer, até o momento, obtiveram uma resposta sobre isso. O projeto para fazer o Programa Colônia de Férias da Cultura foi aprovado e novamente não estão executando o projeto. Deixou a

preocupação em relação aos recursos públicos e questionou onde serão executados e para onde vão os dois milhões de reais que eram voltados para esse projeto Férias da Cultura. Afirmou que são dois milhões que não entrarão na cadeia produtiva da cultura, são duzentos profissionais que não irão trabalhar, mais de novecentas crianças que não terão acesso a ações de cultura, são seis espaços que não terão ocupação com a programação Férias da Cultura, mais de seis cidades que não terão o público atendido por conta da não execução desse projeto. Fora outros, onde vem escutando que pessoas foram aprovadas nos trâmites e não terão seus projetos executados. Entendeu que estão ficando no prejuízo não só a comunidade cultural, mas toda a comunidade que perde com a falta de acesso aos bens culturais. Fez a denúncia, pois mexeu com o fazer dos agentes culturais que estão trabalhando desde de novembro, por todo o Natal e Ano Novo, sem parar e receberam apenas um WhatsApp de um funcionário da SECEC, mas não receberam nenhuma comunicação oficial dando posicionamento. Ressaltou a falta de respeito aos trâmites e que os agentes culturais vem sofrendo perante esses projetos e sua falta de execução.

A senhora Josania agradeceu aos presentes que estavam na reunião na OAB, esclareceu ao Conselho que eles foram anfitriões e que a reunião foi puxada pelo deputado Gabriel Magno. Fez a entrega oficial da relatoria do documento de um abaixo assinado feito pela comunidade cultural, com quase 600 assinaturas, onde se solidarizavam com a SECEC, reconhecendo o quanto existe de trabalho na Secretaria e o quanto os agentes culturais estão sendo penalizados pela falta de pessoal, concluindo que por conta disso, as políticas públicas não estão sendo bem executadas. Informou que já foi enviado ao email do gabinete, ao protocolo e email do CCDF para conhecimento e de forma simbólica será entregue em mãos, ao CCDF. Optaram em entregar também um documento referente ao Conexão Cultura, assinado por um grupo de WhatsApp com 144 membros, esclareceu que esse documento fala sobre problemas e soluções para o Conexão. Além disso, um outro documento, referente ao FAC, foi entregue e assinado por um grupo de WhatsApp, composto por 849 membros e que optaram por não personalizar porque são muitas pessoas falando. Salientou que todos esses documentos foram encaminhados aos emails do CCDF, protocolo e gabinete. Em relação a relatoria da reunião que aconteceu na OAB, destacou a ausência do Secretário de Cultura, o qual justificou que por motivos pessoais, saúde da esposa, não pôde comparecer. Ressaltou que não havia ninguém da SECEC o representando. Informou que estavam presentes mais de cem pessoas e os desdobramentos dessa reunião foram encaminhados também ao TCDF. Ressaltou que houve espanto a respeito da notícia apresentada pelo representante do MinC, onde informou que o extrato do PAAR foi publicado, porém o documento oficial que deveria ter sido entregue é o PAAR no diário oficial, então ele já teria feito uma solicitação para a SECEC solicitando que fosse entregue a publicação no diário oficial do PAAR, não o extrato que está anexado dentro do transferi gov. Pediu que isso fosse resolvido pela SECEC. Destacou que foi cobrado nas reuniões do CCDF a participação social quando foi feito a PNAB e que agora o MinC solicitou a SECEC a ATA de participação social e o esclarecimento que deveria ter passado pelo CCDF, porque onde tem Conselho, é preferencialmente pelo Conselho, onde não se tem, deveria ser entregue uma ATA de uma assembleia participativa ou audiência pública. Apontou que a consulta pública via Google Form feita pela SECEC não atingiu o objetivo. A outra solicitação feita pelo MinC é a Ata de participação social. Em relação a LPG, recebeu a notícia de que quatro milhões, noventa e dois reais e dezesseis centavos, foram devolvidos aos cofres públicos.

A Conselheira Rosa esclareceu que o valor referente a devolução dos recursos da Paulo Gustavo não são esses citados pela senhora Jordânia, pois os pagamentos realizados em dezembro ainda não foram atualizados tendo em vista a compensação.

A senhora Josania pediu à comunidade para enviar um documento solicitando os esclarecimentos a respeito dessas devoluções da LPG, pois são valores que não estão chegando na cadeia cultural. Esclareceu que a Comissão de Cultura ainda não está formada na OAB, então eles foram anfitriões na reunião, por tanto não podem falar em nome da OAB como comissão, mas como agente cultural, cidadã. Aponta que teve um valor devolvido da LPG, já no carnaval não foram executados dois milhões, o ano passado que não foram executados dois milhões e ainda tem o deputado Gabriel falando que seis milhões em emendas foram devolvidos, o deputado MAX informando que seis milhões de emendas foram devolvidas e que também dois milhões serão retirados do FAC. Questionou sobre o que está acontecendo, pois ficou claro na reunião na OAB que são várias perdas de recursos e que isso não

pode ser aceito. Exemplificou com uma situação da LPG, onde foi dito em várias reuniões que o valor para o Cine Itapoã não poderia ser como custeio, no entanto não se sabe quanto foi gasto e devolvido dos cinco milhões. Alertou que o Cine Itapoã continua fechado, sem eventos e para os moradores do Gama isso custa muito caro.

A Conselheira Shurama, em resposta, informou que em relação à execução de algumas emendas parlamentares, o fato da devolução não quer dizer que a SECEC não tentou executar, não se trata da falta de vontade ou vontade da SECEC. Vieram projetos e por questões da Organização Social, não se teve condições de fazer, logo não se teve condições de executar. Esclareceu que muitas vezes a organização social que está a frente, ao acessar o sistema de plataforma e, por ser um ambiente muito novo, se perderam no caminho por falta de entendimento, logo a instrução processual não foi possível e infelizmente algumas entregas deixaram de ser feitas. Informou que quando a SECEC receber a formalização dos questionamentos, estaremos respondendo oficialmente.

A senhora Dandara lembrou das suas manifestações nas reuniões do CCDF do ano passado, onde apresentou uma única pauta, que era preciso fazer premiação para os técnicos, acabou a LPG e começou a PNAB e sua pauta retoma. Apresentou descontentamento em saber que o dinheiro da LPG está sendo devolvido, independente da quantia e saber que estamos com o problema da execução da PNAB. Lembrou que foi pedido nas reuniões do CCDF a participação social, no modelo de comitê criado para a LPG. Recordou que na primeira reunião com a OSC da PNAB foi questionado se eles fariam consulta pública e a resposta recebida foi que “a gente não tem tempo, a gente vai usar o formulário que tem”, e hoje esses formulários de consulta pública apresentam apenas doze respostas. Questionou se doze pessoas vão decidir por toda comunidade cultural do DF. Relembrou que escutou da OSC da PNAB que técnicos seriam atendidos por meio dos festivais de setecentos mil reais e afirmou que isso não é atendimento ao técnico e sim trabalho e remuneração e que nem se sabe quanto será pago aos técnicos. Em nome do Backstage, expôs que começam o ano sabendo que foi atropelado o processo da participação social, e isso não pode acontecer. Enquanto a SECEC não ouvir a comunidade e “colocar os carros na frente dos bois” para dar celeridade, isso não vai dar certo. Mencionou que estamos com a PNAB parada há um mês, e apontou que esse tempo não estava disponível para a escuta da comunidade. Destacou estarem sendo chamados atenção por uma pessoa do Minc, em reunião pública, e como SECEC estaria envergonhada. Trouxe o pedido para escutarem a comunidade e que se faça a participação social ser efetiva. Rememorou que na LPG a comissão da sociedade civil encaminhou mais de 100 respostas, logo se tem dados para dizer como ela foi feita, diferente da PNAB.

A senhora Verônica, do CRC Arapoanga, falou sobre o processo de Formação da Lista Tríplice do Arapoanga, destacou que foi identificado um candidato que estava inscrito tanto em Planaltina quanto no Arapoanga, compartilhou todo o trabalho e desafios encontrados pela Comissão Eleitoral.

A senhora Lorrane compartilhou que trabalhou no Natal, parabenizou a SECEC a respeito da organização do evento e beleza, destacou que o evento estava cheio, apontou como pontos negativos que muitos surdos questionaram se o evento era gratuito, por isso, como surda se sensibilizou e gravou um vídeo, afirmou que houve dificuldades no acesso a divulgação do evento para a acessibilidade. Informou que em algumas etapas do evento não houve um bom tratamento para a acessibilidade aos surdos, parecia que os surdos estavam escondidos, não tinha acompanhamento para acessibilidade, disse ser preciso incentivar os surdos a trabalhar, ter mais disponibilidade de espaço de trabalho. Falou sobre a experiência que teve trabalhando no Natal, sobre a baixa remuneração para 30 dias trabalhados, sem direito a alimentação e em média por sete horas/dia. Lembrou que a carga horária de trabalho no Carnaval 2024 foi de seis horas/dia.

A Conselheira Shurama agradeceu as informações trazidas, pois serão considerados para o formato que será entregue às OSCs pela SECEC, além disso será levado a SDDC para verificação, o percentual de contratação de pessoas PCDs. Questionou a senhora Lorrane se no Carnaval 2024 ela foi contratada diretamente pela OSC ou se foi pelo bloco.

A senhora Lorrane informou que foi por uma pessoa, chamada Babi.

A Conselheira Shurama esclareceu que as Organizações Sociais direcionam as contratações aos blocos, estes contratavam as pessoas e as pagavam. Ponderou que se essas denúncias foram apresentadas ano passado, precisaria verificar.

A intérprete de Libras, Drika, denunciou que na terceirização, ou melhor, quarteirização, em todos os projetos como FAC, LPG, as contratações de PCDs são realizadas apenas para cumprir o percentual exigido, e o pagamento deles costuma ser bem abaixo do mercado.

A senhora Deise compartilhou que teve problemas com uma prestadora de serviços de Libras que não repassou o pagamento aos intérpretes. Que é necessário expor que por vezes o dinheiro é repassado a eles, que por sua vez repassam um valor mísero ao intérprete. Nesse caso específico a prestadora demorou três meses para fazer o pagamento e a senhora Deise só teve o conhecimento depois.

A intérprete de Libras, Drika, confirmou que alguns intérpretes que trabalharam no Carnaval 2024, só tiveram acesso ao pagamento em julho de 2024.

A Secretária Bianca lembrou que ano passado o Subsecretário Prestes, recebeu a senhora Amanda, a Santa Surda, para tratar de denúncias recebidas sobre o Carnaval.

A senhora Deise falou sobre a necessidade de cobrança aos órgãos públicos, solicitando maior número de pessoas contratadas para trabalhar na SECEC Lembrou que foi firmado um pacto com o Secretário de Cultura que os pareceres fossem assinados pelos servidores. Informou que estão recebendo pareceres recortados em prints de planilha de excel e ressaltou ser um direito da pessoa ter a assinatura do responsável nos seus pareceres. Trouxe que erros materiais graves a respeito dos blocos com menos de três anos recebendo uma grande pontuação no quesito tempo, fragilizando o processo. Alertou que corre o risco de o Carnaval 2025 ser judicializado. Sugeriu que os caminhos sejam em conjunto e por isso foi criada uma comissão, visando que a SECEC possa ouvir. A presenteou o desejo de que para o Carnaval de 2026 o chamamento se inicie em agosto/2025 e o resultado até outubro ou novembro 2025, assim haverá tempo para buscar os recursos necessários.

Amanda lembrou seus trabalhos no Carnaval 2024, endossando as falas da senhora Lorrane.

O Presidente Vitelli informou que foi prorrogada por trinta dias a comissão destinada a averiguar as denúncias da PNAB.

O Conselheiro Wellington advertiu que deve-se ter cuidado e responsabilidade jurídica sobre o que se diz.

PONTOS DE PAUTA:

19h30 - LPG (Lei Paulo Gustavo) e PNAB (Política Nacional Aldir Blanc)

A Conselheira Neide lembra que é necessário comprovar a execução de pelo menos 50% do recurso da PNAB para pedir o recurso de 2025 e não comprovando, isso se torna uma fragilidade. Destacou que o CCDF deve ir atrás das atualizações das informações para que na próxima reunião ordinária, algumas situações venham para a pauta.

A conselheira Rosa esclareceu que a informação do valor devolvido da LPG que aparece no site do MinC está desatualizada, pois ainda não foram computados os recursos utilizados no final do mês de dezembro.

A conselheira Neide propõe que em relação a PNAB o encaminhamento seja que na próxima Reunião Ordinária já se tenha o acesso ao relatório dessa apuração para que o CCDF se posicione em relação aos desdobramentos. Recomendou atenção às pendências já faladas e, assim, se possa ter acesso aos recursos da PNAB. Apontou que se tenha participação social, se construa um PAAR, e os recursos sejam geridos de uma forma que seja de acordo com a expectativa e demanda da comunidade e não como foi essa editalização. Disse ter a consciência de que a primeira editalização do recurso da PNAB não foi de acordo com as expectativas da comunidade, mas a sensação que se tem é de uma extensão de políticas adotadas pela gestão, um "FAC III". A partir disso, a proposta em relação a PNAB e LPG é de ter a PNAB e LPG pautadas na próxima reunião para dar devolutivas à comunidade.

A conselheira Rosa colocou que política pública não se faz sem avaliação e quem avalia é a comunidade que recebe, então recebem as críticas desde que sejam respeitadas e responsáveis. Compartilhou que se assusta com o "tribunal da internet", onde no mesmo post você recebe a denúncia, a conclusão e a sentença e isso é muito sério. Disse que não está tirando a responsabilidade da SECEC, mas como CCDF

reconhece que foram inoperantes, pois quantas vezes o CCDF tentou pautar a PNAB, por exemplo, no intuito de se realizar coisas e não conseguiram. Convidou os conselheiros a fazerem uma auto análise de procedimentos, controle de tempo, lembrou que foram pautadas coisas e não conseguiram entrar nela, não conseguiram aprofundar os debates como deveria, ressaltou que não se trata de apontar pra ninguém, mas uma reflexão. Em relação à reunião com o representante do MinC, realizada na OAB, informou que a SECEC não recebeu nada oficial do MinC em relação ao que foi citado. De toda forma, irá confirmar novamente com sua equipe, os subsecretários e a secretária adjunta, pois em reunião recente com os mesmos nada a respeito dessas solicitações foi apresentado.

ENCAMINHAMENTOS APROVADOS PELO PLENO:

- **LPG - Encaminhar ofício ao Secretário solicitando informações sobre os valores devolvidos da LPG;**
- **PNAB - Encaminhar ofício ao Secretário orientando a gestão da SECEC para sanar as pendências do PAAR e as Atas de participação social;**

Solicitar esclarecimentos sobre a extensão dos prazos da Comissão e acesso ao relatório final para retorno à comunidade.

20h - CARNAVAL

A Conselheira Neide, comentou a respeito da reunião realizada com a SECEC e as Escolas de Samba do DF, que apesar do acordo estabelecido com os carnavalescos, eles não conseguem ir pra avenida em pouco tempo sem ter todo um edital, sem estrutura e recurso e tendo prazo pra executar as coisas. Apresentou a situação de várias reuniões entre a comunidade falando sobre as dificuldades, troca de informações e dores dos carnavalescos e não é de agora, mas a alguns anos estão acompanhando isso, na expectativa que aconteça num cronograma necessário para uma boa execução e entrega. tem um decreto publicado e a comissão do carnaval fez uma nova minuta de proposição de novo decreto tirando até artigos que institucionalizaram a escola de carnaval. Entende que a escola de carnaval não é uma demanda da comunidade, na forma e escopo proposto, pois foi executada para capacitação, trouxeram pessoas de fora, do Rio, a comunidade dialogou para a possibilidade para a escola de carnaval ser uma preparação para as escolas de samba terem acesso a capacitação para oficinas de adereços, figurinos que possam ir para a avenida, foi posto ontem que será feita a editalização de um milhão e oitocentos reais, que esse recurso já estava previsto, com decreto vigente, para a escola de carnaval. Outra questão são os próprios recursos das escolas de samba que a princípio o recurso de quatro milhões e meio previsto, foi feito edital e ele não conseguiu avançar pq a organização que entrou no certame não cumpria com todas as necessidades do próprio certame e uma colocação que eu fiz foi pq o processo já não inabilitou essa organização de começo os caminhos alongam para dificultar,

A conselheira Rosa pediu para a conselheira clarificar as etapas para que não fique dúvida na comunidade;

A conselheira Neide clareou que existia um edital, nas fases do certame uma organização entrou, passou num primeiro momento e por alguns motivos como o prazo, não comprovou capacidade técnica, então o certame parou;

A conselheira Shurama pediu a palavra e retificou dizendo que não se tratava de capacidade técnica e sim de questões documentais, que a inabilitação ocorreu por uma pendência de documentação da própria OSC e na fase de habilitação isso foi identificado.

A conselheira Neide questionou sobre os prazos não serem colocados na sequência e que agora não se tem possibilidades por conta do tempo, além disso existe a necessidade de um recurso maior. Os quatro milhões e meio disponíveis seriam destinados apenas para a parte artística, restando a estrutura, logo esse valor precisaria ser complementado com a busca de emendas parlamentares para este edital e, ainda esse ano. Alertou que assim que se tiver a disponibilidade desse montante, as escolas devem iniciar seus trabalhos, visando o desfile no carnaval 2026. Compartilhou sua

preocupação os blocos de carnaval diante do edital existe existente que caminhou, questionou sobre quando o termo será assinado para que a osc comece os trabalhos e os blocos tenham a tranquilidade nos seus trabalhos, pois tudo se trata de prazos, alertando que tem prazo documental para que eles possam ir pra rua, as exigências da carta de serviços da segurança pública. Destacou que o próprio comitê do carnaval tem solicitado retorno dos trabalhos no sentido de estar dialogando com todos os serviços que tratam do carnaval, toda a lista de outras secretarias, observando que há necessidade desse diálogo imediato para alinhamento dessa entrega. Disse trazer uma geral conjuntura de como estão e as preocupações sobre prazos para que os carnavalescos consigam minimamente não ter um stress sobre o trabalho. Registrou a necessidade da comunidade entender os critérios, que eles precisam ser claros da lista final.

A representante de um bloco de rua contou que com seis anos de história e seis de desfile, seu bloco foi desclassificado e farão recurso, contudo pede lisura no processo. Disse ser estarecedor quando se passa por seleção em que existe um prazo para inscrição e ele é prorrogado por instabilidade no sistema e após a publicação da relação de blocos, que foram cadastrados com de seus grupos de participação já elencados, se reabre uma inscrição baseada também em instabilidade e divergências em informações de cunho erro material, logo isso fere a isonomia do processo. Afirmou que não tem como concorrer com outros participantes se não tem isonomia, citou a lei da administração, dizendo tal ato ferir o princípio básico da administração pública que é a moralidade. Manifestou ser imoral não ter a concorrência no mesmo par de igualdade entre os participantes. Reforçou que não tem critério objetivo, existe o formulário, notas atribuídas para cada questão, mas as notas atribuídas com um critério objetivo não foram respeitadas no espelho de avaliação, o espelho de avaliação não reflete as notas que estão no formulário de inscrição, são completamente divergentes, isso traz uma insegurança jurídica flagrantemente inconcebível, não podendo concorrer com a alegação de que o processo foi pautado pelos critérios objetivos se eles não existem. Pediu que os recursos sejam avaliados com lisura e transparência como qualquer processo seletivo exige. Lembrou que trata-se de uma seleção, com 65 vagas para mais de 200 blocos de carnaval, todos merecedores. Destacou que os critérios objetivos, repetidos pela SECEC, diz que os blocos acima de doze anos, ganharão dez pontos; de seis até doze anos, cinco pontos; até cinco anos, um ponto, e denunciou que essa pontuação não foi refletida na realidade das avaliação dos blocos onde blocos com menos de cinco anos receberam pontuação total, máxima e que isso é inadmissível.

A conselheira Shurama retomou a fala sobre o desfile das escolas de samba, informando que houve um diálogo e um consenso com quem promove os desfiles das escolas, na reunião promovida pela SECEC e escolas. Fazendo uma retrospectiva, lembrou que houve um chamamento, a OSC não foi habilitada e só existia uma única proposta, não sendo possível chamar uma segunda. Pelo entendimento do Secretário, verificou-se a necessidade de ofertar uma nova chance, um novo chamamento, para que a história de desfile das escolas de samba no DF e a emoção do fazer Carnaval em Brasília não se perca ao longo do tempo, então foi proposto, fazer um novo chamamento já que não deu pra fazer com essa organização. Informou que as escolas colocaram para a SECEC que o tempo era curto e os recursos insuficientes.

A conselheira Rosa lembrou que o valor do recurso, quatro milhões e meio, havia sido posto desde o ano passado, sendo pautado desde o início e que foi discutido na reunião com eles, sendo retomado.

A conselheira Neide ressaltou que sempre disse que esse valor era pouco.

A conselheira Shurama diz que a SECEC recebeu um documento das Escolas de Samba, com vários pontos, inclusive com a proposta de se manter o recurso e com o edital saindo esse ano para a realização do carnaval 2026. No intuito de ouvi-los, A SECEC convidou as escolas, e também o Ministério Público ao qual será encaminhado toda a documentação, submetida à análise. Destacou que a reunião contou com a presença do Ministério Público, o CCDF e representantes das agremiações e das ligas que os representam. Informou que, no momento, precisa aguardar o regulamento para delinear o próximo edital. Da mesma forma, esse entendimento se estendeu à Escola de Carnaval. Sobre os blocos de carnaval no que tange o prazo de assinaturas do termo, foi realizada uma conversa com a OSC e feito um cronograma, entre as ações de diligência, plano de trabalho, planilha financeira e no momento a diligência é com sobre a planilha, a OSC foi cobrada tem que fazer a devolutiva, enquanto a planilha financeira não for aprovada, o termo não pode ser assinado. Os blocos não sendo selecionados, não

possuem alvará para serem colocados no processo, e se a documentação não está disponível, o processo não é direcionado. Existe um prazo acordado com a OSC de assinatura do termo que não vai comprometer a entrega e transferência de recursos para disponibilidade aos blocos, ressaltou que contudo existe um prazo estabelecido e não se pode correr com isso.

A conselheira Rosa afirmou que ela tem propriedade para falar sobre escola de samba, já que é nascida e criada na Portela, que faz fantasia há muito tempo. Destacou que o desfile não se faz apenas com dinheiro público, mas tem que ter um aporte de companhia privada. Declarou que a reunião foi salutar, democrática e saiu com uma ATA assinada pela secretária em exercício, pelas ligas, e os presidentes das escolas de samba, e que isso traz um comprometimento tanto da SECEC como também dos presidentes das escolas de carnaval. Explicou que as escolas saíram de lá com o compromisso de ir à Câmara Distrital e buscar recursos complementares com os deputados e também aportes privados. O custo de estrutura das escolas é alto e a comunidade precisa compreender isso. Contou que saíram da reunião com esclarecimentos de quem faz o carnaval, decisões e compromissos colegiados, citou a fala do presidente das escolas quando disse “que não adianta dar seguimento e fazer um desfile que não é da qualidade que a gente pode entregar”. Declarou que achou isso muito bonito essa percepção e responsabilidade, o subsecretário João Cândido trouxe essa questão dos suportes e busca conjunta, deixando claro que tb é uma responsabilidade das escolas buscar aporte privado pq o estado não tem dinheiro para custear todo o desfile.

O presidente Vitelli comenta que temos nove anos sem desfile e que se sabe como a questão do recurso funciona. Encerrou a reunião, e parte dos conselheiros se retiraram, quando o presidente foi interpelado para a escuta da fala da senhora Natália. O presidente cedeu o espaço de fala, estando presente para a escuta, às conselheiras Carol e Neide, além do presidente, da secretária executiva e parte da comunidade.

A senhora Natália falou em nome da Comissão de Carnaval, da qual disse fazer parte, afirmou que não foi recomendado pela comissão a gerência do carnaval por uma OSC, relatando que essa decisão não foi unânime e foi feita sem debate. Questionou a necessidade de uma OSC. Informou que foi solicitado na reunião realizada na OAB essa resposta e que vem pedindo desde do ano passado. Declarou que as denúncias que estão acontecendo agora, estavam sendo feitas desde o ano passado, a mais de um ano e não vem sendo ouvidas. Apontou que inclusive quem gerenciou o carnaval do ano passado, a OSC Amigos do Futuro, está sendo denunciada, e as denúncias foram feitas para o CCDF e não estão sendo olhadas e que isso é absurdo. Disse que enquanto membro da sociedade mandou uma carta em dezembro, em nome das colegas, do coletivo e questionou como os conselheiros não sabem dessa carta. Falou achar sério uma conselheira trazer o tipo de recomendação que os blocos precisam buscar incentivo privado.

A conselheira Carol entrevistou dizendo que a conselheira Rosa se referia às Escolas de Samba.

O senhor Rênio também clarificou que a fala se tratava das escolas de samba.

A senhora Natália pediu perdão pelo equívoco, no entanto, disse que mesmo assim vivemos numa realidade bastante diferente da realidade da conselheira Rosa referente ao Carnaval. Colocou achar bastante complicado, numa realidade cultural da cidade que se vive aqui essas falas, considerou séria e problemática numa instância como o CCDF a conselheira Rosa fazer essas colocações. Relacionado às medidas, questionou que a modificação dos decretos foi tratada com uma comissão que sabe o que sobre leis para fazer uma modificação tamanha em um decreto. Disse que vem falando desde o princípio, que isso é um absurdo, que precisa ser uma coisa pensada, que para um decreto existir foram anos de pensamentos e elaboração pra ser desfeito assim, tudo bem ser reformulado, mas da forma que foi feita, com uma comissão que ninguém sabia para que estava sendo feita ali, sem nenhum critério de seleção, afirmou que não foi ouvido e escutada e destacou que a conselheira do CCDF, Neide Nobre estava lá dentro. Sobre todas as reclamações a respeito do carnaval, elas também foram feitas com a premiação, que estava na já referida carta, que não foi assinada e feita por ela, a denúncia não foi dela, mas de um coletivo de artistas, assinado por mais de vinte artistas. Questionou como os conselheiros não sabem disso, as mesmas reclamações que estão lá estão sendo feitas de novo com relação ao carnaval. Afirmou que as pessoas não sabem os critérios de seleção, quem vai selecionar, de onde veio isso e questiona como se participa de um certame dessa forma, declarando ser isso é

absurdo e que acontece sempre. Declarou que querem ver um carnaval acontecer com justiça, transparência e as coisas sendo do jeito que elas precisam ser para quem é entidade, é cultural nessa cidade. Sugeriu que se tiver que cancelar premiação, que cancele, destacando que infelizmente tem muita gente que ganhou ali e é justo e precisa, mas que cancele, finalizou dizendo que não dá pra aceitar isso mais.

O presidente Vitelli solicita que ela encaminhe isso ao email do CCDF.

A secretária executiva Bianca informou que a carta foi recepcionada no email do CCDF, em dezembro, sendo devolvido e solicitado à remetente o anexo informado no corpo do email, assim que recebido o referido anexo, a carta foi encaminhada à área técnica para os esclarecimentos necessários. A área técnica retornou com resposta ao CCDF no seu período de recesso e no primeiro dia de volta às atividades do conselho, 20 de janeiro, foi encaminhado o email a remetente constando todas as respostas aos questionamentos apresentados e emitidas pela área técnica da SECEC. Todos os conselheiros do CCDF obtiveram acesso a carta do remetente, bem como a resposta da área técnica.

ENCERRAMENTO.

O Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Cultura do DF.



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA SALES HERRERO - Matr.0254473-3, Secretário(a) Executivo(a)**, em 26/02/2025, às 17:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CÉLIO RODRIGUES PIMENTEL - Matr.0254990-5, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais**, em 27/02/2025, às 12:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA CARLA MONTEIRO DE OLIVEIRA - Matr.0255103-9, Vice-Presidente do Conselho**, em 27/02/2025, às 13:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SHURAMA PINHEIRO TOLEDO - Matr.0254729-5, Coordenador(a) de Projetos e Eventos Especiais**, em 27/02/2025, às 13:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Rocha do Nascimento, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 08:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neidelená Regina de Macedo Nobre, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 09:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Vitelli Peixoto, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 16:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AMAURI PESSOA VERAS - Matr.0255312-0, Chefe da Assessoria de Mobilização e Participação Social**, em 28/02/2025, às 16:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Ribeiro, Usuário Externo**, em 06/03/2025, às 10:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=161417747)
verificador= **161417747** código CRC= **7FOA4FF6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 -
Telefone(s):
Sítio - www.cultura.df.gov.br
